

O PROINFO EM PERNAMBUCO: UM OLHAR PARA A MATERIALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DA PRODUÇÃO ACADÊMICA.

Danilo Melo de Lima
Universidade Federal de Pernambuco
daniloufpe2014@gmail.com

Alexandre Viana Araújo
Universidade Federal de Pernambuco
xandosport@gmail.com

INTRODUÇÃO

As modificações impostas pelo advento das novas tecnologias no cotidiano moderno apontam para uma integração quase que natural do computador aos variados setores da sociedade contemporânea. Bonatto et al. (2013) apontam que cada vez mais os equipamentos vão se sofisticando, e assim se integrando e apresentando possibilidades ilimitadas de interação entre os sujeitos.

A escola se inclui entre esses setores da sociedade, onde são notáveis os avanços alcançados nesse espaço com a chegada da revolução digital, Kenski, destaca que “as novas tecnologias de comunicação e informação trouxeram mudanças consideráveis e positivas para a educação. Vídeos, programas educativos na televisão e no computador, sites educacionais, softwares diferenciados transformam a realidade da aula tradicional” (2007, p. 46). Entendemos que as políticas públicas de inserção de tecnologia nas escolas são os mecanismos mais adequados para a conquista do processo de integração das mesmas, principalmente por sua capacidade de beneficiar em maior escala uma grande quantidade de indivíduos em suas ações.

Optamos por trabalhar com o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) por entender que esta seja a política pública de inserção de tecnologia no ambiente escolar que conseguiu um êxito maior em sua difusão, e um maior número de contemplados dentro do cenário nacional, desta forma apresentamos como questão norteadora do nosso estudo saber: Quais foram os impactos do Programa Nacional de Tecnologia Educacional percebidos na educação de Pernambuco? A pesquisa teve como objetivo analisar a partir produção acadêmica disponível, os possíveis impactos

advindos da materialização do PROINFO na educação pernambucana.

Essa pesquisa é de cunho qualitativo pois “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p. 21-22). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, o levantamento das produções foi realizado a partir da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Pernambuco (BDTD/UFPE) e contemplou trabalhos produzidos nas últimas duas décadas. Através da busca pela palavra-chave “PROINFO” conseguimos retorno de 111 resultados positivos, das quais cinco produções (4 dissertações e 1 tese) foram selecionadas. Além disso, analisamos as portarias que fundaram e reconfiguraram o PROINFO, os decretos federais que lhe agregaram competências e novas jurisdições, além de seus manuais e apostilas elaborados pelo MEC. Realizamos a análise bibliográfica e documental com base nos métodos da análise de conteúdo de Bardin (2004). A discussão sobre o PROINFO considerou o percurso histórico de sua fundação, seus meios de funcionamento e sua materialização no contexto pernambucano.

POLÍTICA PÚBLICA

As políticas públicas são mediatizadas pelas lutas, pressões e conflitos entre elas. Segundo Shiroma (2011) não são estáticas ou fruto de iniciativas abstratas, mas estrategicamente empregadas no decurso dos conflitos sociais expressando, em grande medida, a capacidade administrativa e gerencial para implementar decisões de governo. Geralmente são resultado de esforços e interesses dos sujeitos que compõe as parcelas da sociedade a que se propõem contemplar. Sua formulação leva em consideração uma série de elementos, vozes e ideais que isolados talvez não implicassem resultados tão satisfatórios quanto quando postos em conjunto.

O PROINFO

O PROINFO, programa do governo federal que entrou em vigor no ano de 1997, teve como objetivo promover o uso pedagógico de Tecnologias de Informática e

Comunicações na rede pública de ensino. Foi criado através da portaria nº 522/MEC, de 9 de abril de 1997. Pretendeu iniciar o processo de universalização do uso de tecnologia de ponta no sistema público de ensino. Como tal, “O Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) do MEC é a iniciativa central do País na introdução das tecnologias de informação e comunicação na escola pública como ferramenta de apoio ao processo ensino-aprendizagem”. (TAKAHASHI, 2000, p. 51).

O PROINFO enfatizou a capacitação dos professores para o uso das tecnologias, apontada como um dos alicerces para o desenvolvimento pleno das atividades propostas pelo programa. Essa, segundo suas diretrizes de funcionamento, implicava “[...] redimensionar o papel que o professor deverá desempenhar na formação do cidadão do século XXI”. (BRASIL, 1997, p. 07). O funcionamento do PROINFO aconteceu a partir de uma perspectiva descentralizada de suas ações. Sendo a articulação entre os entes federais, estaduais e municipais a chave para a garantia do desenvolvimento de suas atividades.

ANÁLISE DO PROGRAMA

Analisamos o que se produziu academicamente em nosso contexto a respeito da formação continuada oferecida pelo PROINFO. A partir da análise identificamos elementos em comum nas considerações dos autores selecionados em relação à efetivação do seu processo de formação continuada. As categorias surgidas nesse exercício apresentam considerações sobre a infraestrutura; o processo de formação; e a participação dos cursistas nas atividades propostas. Referente à infraestrutura, as produções apontaram majoritariamente para problemas no seu funcionamento; o processo de formação dos professores participantes foi outro ponto evidenciado pelos trabalhos, com visões distintas sobre o mesmo a partir do que apontaram os autores; os elementos listados nos discursos de sujeitos das pesquisas e dos próprios pesquisadores relacionaram-se com a dificuldade de efetivação da participação dos professores na formação, diretriz primordial para a consolidação do programa. Problemas de infraestrutura, de reprodução inadequada dos conteúdos por parte dos responsáveis e de engajamento dos sujeitos participantes nas formações oferecidas seriam partes menores

de um todo que convergiam para a não materialização das estratégias do PROINFO para a universalização da informatização das escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das ressalvas apontadas o PROINFO conseguiu contemplar um volume massivo de sujeitos com a distribuição de seus laboratórios de informática. A longevidade da iniciativa merece destaque, poucas ações conseguem se manter em funcionamento/relevantes por um período de tempo tão grande quanto o PROINFO. Este trabalho nos possibilitou compreender o programa em sua condição final de funcionamento enquanto política pública, a constatação de fragilidades estruturais e organizacionais neste funcionamento revelou fragilidades no seu ideal de universalização do uso das TIC nos espaços escolares.

As constatações não apontaram exclusivamente para pontos negativos na materialização do programa. A qualidade da infraestrutura dos laboratórios, e avaliação positiva do processo formativo dos professores foram contrapontos às críticas massivamente negativas apresentadas pelos sujeitos ouvidos.

Como melhorias, entendemos que uma regulamentação nas propostas de formação continuada oferecidas, e um maior engajamento na manutenção periódica dos laboratórios distribuídos pelo PROINFO teriam sido fatores que contribuiriam para o sucesso de suas ações planejadas.

REFERÊNCIAS.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2004. 223 p.

BONATTO, F. R. de O; SILVA, A. F. da; Lisboa, P. **Tecnologias nas atividades escolares: perspectivas e desafios**. In: VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro do; MATTOS, Maria José Viana Marinho de; COSTA, José Wilson da. (Orgs.). Educação digital: a tecnologia a favor da inclusão. Porto Alegre: Penso, 2013. Cap. 3, p. 58-74.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Programa Nacional de Informática na Educação – Diretrizes**. Brasília, Julho de 1997, 17p.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Cria o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo). Portaria n. 522, de 9 de abril de 1997.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação**. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007. 141 p.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 340 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: _____ (org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 80 p.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 195 p.